

A ARTE DA GUERRA NO BRASIL

TECNOLOGIA E ESTRATÉGIA MILITAR NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA DA AMÉRICA PORTUGUESA, 1550-1700

Pedro Puntoni

RESUMO

O autor analisa a evolução da arte da guerra no contexto da expansão da fronteira do império português na América, tendo em vista sobretudo a tecnologia e estratégia militar luso-brasileira mobilizada contra indígenas irredentos no sertão nordestino. Estuda a formulação das ordenanças no século XVI e a estrutura militar da colônia americana, para entender as transformações da arte militar "brasílica" na guerra holandesa e nas expedições organizadas para combater os grupos indígenas tidos como "bárbaros" ou os negros quilombolas, no curso do século XVII. A incorporação de grupos paulistas e das inovações formais decorrentes resulta em um novo padrão da arte militar.

Palavras-chave: história militar; história colonial; Guerra dos Bárbaros (1651-1704).

SUMMARY

The author analyzes the development of the art of warfare within the context of frontier expansion in Portuguese America, focusing especially on Luso-Brazilian military technology and strategies deployed against recalcitrant indigenous groups in the northeastern backlands. In order to understand the transformations in "native" military practices during the seventeenth-century Luso-Dutch war and subsequently during the expeditions organized to combat both Indians considered "Barbarians" as well as runaway slave communities, the article examines the initial establishment of militias in the sixteenth century and the emergence of a military structure in the Portuguese colony. The incorporation of military groups from São Paulo and the introduction of formal innovations resulted in a new standard for the art of war.

Keywords: military history; colonial history; colonial warfare.

Na América portuguesa, a organização das forças militares envolvidas na conquista e controle dos domínios da Coroa foi estabelecida desde o regimento do governador geral Tomé de Souza, em 1548, que dispunha as diretrizes da empresa colonial. O governador deveria, no exercício de suas atribuições, zelar pela segurança da Colônia e do povoamento das novas terras, para o que contava com a armada, gente, artilharia, armas e munições e tudo o mais que fosse necessário. Cumpria, antes de mais nada, fortificar as barras e os portos de acesso às praças de comércio¹. Contudo, para além do enquadramento das tropas regulares, que garantiam basicamente a resposta às outras forças organizadas no contexto de disputa interimperial que se esboçava no Atlântico Sul, o governador deveria castigar as tribos

(1) "Regimento do governador geral Tomé de Souza, 1548". In: Mendonça, M. C. de (ed.). *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB/CFC, 1972, vol. 1, pp. 46-47.

rebeladas ou arredias, assim como impedir os distúrbios imanentes à violenta sociedade escravista em gestação. No início da colonização, porém, os poderes públicos não tinham condições de realizar de maneira eficiente o controle e defesa do território diante dos inimigos "internos". Para tanto, dever-se-ia utilizar os guerreiros obtidos junto às tribos amigas assim como os soldados das linhas auxiliares. O regimento de 1548 fixava formas de recrutamento e de organização desta linha auxiliar, cujos encargos eram dos moradores. Neste sentido, para além das linhas regulares, a força privada garantia a homeóstase do sistema. A Coroa tinha para si que poderia armar toda a população das colônias por imposições legais. Deste modo, o "alvará das armas" de 1569 tomava obrigatória aos homens livres a posse de armas de fogo e armas brancas².

É claro que a presença desses armamentos e posições de força disseminados pela sociedade contaminava o seu cotidiano com violência. Todavia, devemos ter em conta que este arsenal estruturava-se no nível superior das linhas auxiliares, postas, na maior parte dos casos, ao serviço dos arranjos dos poderes locais e da construção das hierarquias sociais. Isto porque o serviço das ordenanças organizava a população segundo o corte social existente. As forças auxiliares da Colônia foram regulamentadas, por assim dizer, com o disposto no regimento geral das ordenanças de 1570³. Este regimento instituiu os corpos de ordenança formados pelo engajamento obrigatório de todos os moradores de um termo (jurisdição administrativa) com idade entre 18 e 60 anos, com exceção dos eclesiásticos e dos fidalgos. Idealmente, tanto as tropas regulares como as ordenanças eram constituídas em terços — mas, à diferença das tropas regulares, as milícias das ordenanças não recebiam soldo. Tratava-se de uma organização derivada da Espanha, onde o *tercio* era originalmente um regimento de infantaria paga e profissional⁴.

Em teoria, o terço deveria ser formado por 2.500 soldados, repartidos em dez companhias, compostas, cada uma, de 250 homens, todos subordinados ao capitão-mor (ou mestre-de-campo). Estas companhias, sob o comando de um capitão, por sua vez, deviam se dividir em dez esquadras de 25 homens. O capitão de companhia tinha a seu serviço um alferes, um sargento, um meirinho, um escrivão, dez cabos de esquadra e um tambor. O capitão-mor possuía ele mesmo uma das companhias, que era servida também por um sargento-mor, seu substituto natural, e por quatro ajudantes. No caso das ordenanças, os senhores ou os donos das terras de um termo deveriam, a princípio, ser automaticamente providos no comando das tropas como capitães. No caso da Colônia, na ausência desses "donos", cabia ao capitão-mor e às câmaras nomear os capitães de companhia e os seus ajudantes imediatos. Como as câmaras eram a expressão dos estratos superiores da sociedade local — ao contrário do grosso da tropa, constituída de gente simples —, a hierarquia superior das milícias era formada pelos senhores locais, proprietários ou "homens bons", donde a reprodução da ordem social garantir a funcionalidade esperada da organização militar. A provisão de 15 de maio de 1574 complementou esse regimento, esclarecen-

(2) "Alvará das armas, 1569". In: *ibidem*, vol. 1, pp. 145-151.

(3) "Regimento geral das ordenanças, 1570". In: *ibidem*, vol. 1, pp. 157-178.

(4) Schwartz, Stuart. "A note on Portuguese and Brazilian military organization". In: *The governor and his image in baroque Brazil, the funeral eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by Juan Lopes Sierra*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979, pp. 173-177.

do que onde houvesse uma só companhia o comando seria exercido pelo capitão e não mais pelo capitão-mor. Em verdade, à medida que as capitâneas hereditárias passavam ao controle da Coroa, isto é, tornavam-se capitâneas reais e portanto território sob a administração direta da Monarquia, o posto administrativo superior nos limites de sua jurisdição confundia-se nominalmente com o de capitão-mor e era provido pelo rei. Ora, esse capitão-mor exercia também as funções relativas ao corpo das ordenanças, controlando sobremaneira a nomeação dos capitães de companhia. O regimento de 1570 era claro: cabia ao capitão-mor "repartir os habitantes da cidade, vila ou conselhos em esquadras de 25 homens e para cada esquadra escolher um capitão de companhia que será seu cabo"⁵. Todos estavam, por sua vez, subordinados ao governador geral, que exercia o supremo comando das forças militares, como capitão general.

As companhias organizadas com base em milícias voltadas a expedições específicas (ao sertão, por exemplo) deveriam contar ainda com o reforço dos índios domésticos ou mansos, prontamente requisitados a seus senhores ou missionários⁶. A presença do indígena era constante e acabava, pela sua adequação ao meio e às técnicas necessárias, conferindo o caráter das atividades militares. Na verdade, os índios aldeados, num arremedo do serviço das ordenanças, organizavam-se também em "companhias" chefiadas pelo capitão de aldeia ou capitão da nação. Criado pela lei de 1611, este posto deveria ser provido pelo governador geral entre indivíduos de "boa geração e abastados de bens, e que nenhum modo sejam de nação" (isto é, cristãos novos)⁷. No entanto, o posto de capitão de aldeia seria freqüentemente concedido aos "principais" (ou chefes) das tribos aliadas. As patentes destes capitães de aldeia fixavam o dever que tinham de, "com toda a gente da dita sua nação [tribo], ir para a parte que se lhe tem determinado", e de manter com os portugueses "fiel amizade e comunicação"⁸.

A "guerra do Brasil"

Somente com a Restauração em 1640 e a subsequente guerra com a Espanha, Portugal constituiria um exército permanente em termos modernos⁹. O primeiro terço de tropas regulares, o da Armada Real, foi criado no Reino apenas em 1618. No Brasil, logo depois da expulsão dos holandeses da Bahia, em 1626, foi formado o primeiro terço de infantaria paga. Em 1631, criou-se o Terço Novo, em oposição ao Terço Velho, compostos por oitocentos homens cada. Como resultado das guerras holandesas (1630-54), foram também criados outros terços "especiais", como o dos negros de Henrique Dias e o dos índios de Felipe Camarão¹⁰. A ocupação de Pernambuco e demais capitâneas do Norte pelos holandeses e a consequente guerra de reconquista não só introduziram enorme contingente de soldados europeus nas vilas e cidades do Estado do Brasil como resultaram

(5) Apud Salgado, Graça (coord.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, pp. 100-102 e 164.

(6) Sodré, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, pp. 29-32.

(7) "Lei sobre a liberdade dos índios, 1611". In: Thomas, George. *Política indigenista dos portugueses no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1982, p. 231.

(8) "Patentes em branco de 1672". *Documentos históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro* (DH), Rio de Janeiro, vol. 12, pp. 211-214.

(9) Salgado, op. cit., p. 97.

(10) Schwartz, op. cit., pp. 173-177; ver também: Costa, Luís Monteiro da. *Na Bahia colonial, apontamentos para história militar da cidade de Salvador*. Salvador: Livraria Progresso, 1958.

no rearranjo da equação entre milícias regulares e linhas auxiliares. Este rearranjo deu-se notadamente pela afirmação da superioridade obtida na evolução do *modus faciendi* das linhas auxiliares, processo gestado no contexto da primeira fase da guerra holandesa.

Com o fracasso da expedição das tropas regulares européias, enviadas na armada espanhola de Oquendo, em 1631, a resistência local à invasão batava limitou-se a uma estratégia de "guerra lenta", que buscava a manutenção do impasse inicial, quer dizer, procurava deixar aos holandeses o controle das praças-fortes e manter o da zona produtora de açúcar, à espera de uma intervenção da armada, quando isso fosse exequível. Neste contexto, ganhou espaço a estratégia traçada por Matias de Albuquerque, irmão do capitão-donatário, Duarte de Albuquerque Coelho, e comandante da resistência. Chamada à época de "guerra brasílica" ou "guerra do Brasil", esta estratégia militar resultava da impossibilidade de oferecer resistência aos holandeses na cidade ou em campo aberto¹¹. Segundo Evaldo Cabral de Mello, o sistema de defesa que Matias de Albuquerque aplicou contra os holandeses, de 1630 a 1636, era "um sistema misto", no qual as forças convencionais concentravam-se

*numa praça-forte, o Arraial, guarnecida pela artilharia e pelas tropas regulares e situada à retaguarda de uma linha de postos avançados, as estâncias, ocupadas por tropas irregulares de índios, negros e soldados da terra. Entre uma e outra estância, vagam as esquadras volantes que continuamente emboscam e assaltam os invasores. Enquanto o Arraial preenche uma função estratégica, as estâncias e as esquadras volantes têm um objetivo puramente tático*¹².

As estâncias eram controladas pelos "capitães de emboscada", cargos de liderança criados por Matias de Albuquerque logo no início da resistência. Estes "capitães" estavam no comando de um punhado de homens que eram destacados para controlar uma determinada região. Com uns trinta ou quarenta homens (vários deles índios "frecheiros", isto é, hábeis com as flechas), estas guerrilhas deviam, também, atormentar o inimigo e desbaratar-lhe os postos e comunicações. Por outro lado, não se tratava apenas de fazer a guerra, mas também de sustentar quem a fazia. As guerrilhas, ao zelar pela várzea, impedindo a entrada dos holandeses, cuidavam da produção dos alimentos e do açúcar, o combustível da guerra. Os portugueses, segundo o memorial de João Cardoso, tornavam-se invisíveis nos matos, onde eram imbatíveis. E os holandeses não se poderiam sustentar, pois, "fechado o mato, tudo teria de vir da Holanda, o que era para eles caro, incerto e insustentável"¹³. Contudo, a "guerra lenta", uma vez impossibilitado o apoio esperado pelo mar, não poderia manter o domínio do interior por muito tempo, em face do enorme contingente do inimigo. Segundo Cabral de Mello, este esquema estratégi-

(11) Como escreveu Duarte de Albuquerque Coelho, a utilidade das emboscadas "cada dia se fazia mais notória pelo grande temor que o inimigo foi delas conhecendo. Não ousava sair nem mesmo às hortas da vila que ocupava. Com a presença destes capitães de emboscada, não só se lograva o presente efeito, como de futuro servia ela de muito, vedando-lhes, com este receio, o comerciar com os moradores, e obstando-lhes, por seis anos, de apoderarem-se da campanha". Albuquerque Coelho, Duarte de. *Memórias diárias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve anos, empezando desde el MDCXXX* (1654). Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1944, p. 57.

(12) Cabral de Mello, Evaldo. *Olinda restaurada*. Rio de Janeiro: Forense/Edusp, 1975, pp. 24 e 231.

(13) *Memorial de João Cardoso...*, apud Leite, Serafim. "Os jesuítas contra a invasão holandesa". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 183;198, 1944.

co luso-brasileiro havia sido desmontado com a queda do Forte dos Afogados em 1633, pois agora as tropas holandesas tinham acesso à Várzea, o que tornara "insustentável a linha de estâncias em torno do Recife, a qual já pode ser flanqueada facilmente pelo sul"¹⁴.

A guerra brasílica diferia das técnicas científicas de guerra tão em voga na Europa moderna. Já no início do século, o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque, no cimo de seus 60 anos de vida, muitos em batalhas e em tratos com os índios, explicava a seu camarada Diogo do Campos Moreno, em alusão à sua experiência européia, que esta guerra que faziam aqui no Brasil não era "guerra de Flandres", isto é, à moda européia. O uso dos índios, e de sua arte militar, era essencial. Na Jornada do Maranhão (1614), Moreno se assustara com a confiança que Albuquerque havia depositado na aliança com os naturais, ao que este lhe dizia: "Vosmecê me deixe com os índios por me fazer mercê, que eu sei como me haver com eles, que sei que me vêm buscar de paz". A guerra brasílica de Albuquerque não respeitava as regras da arte militar, exagerando na crueldade e não dando quartel aos prisioneiros e feridos. Seu "mortal inimigo", o general La Ravardière, em uma carta de novembro de 1614, acusava o capitão-mor de nada praticar daquilo "que toca à nossa arte", "porque tu quebras todas as leis praticadas em todas as guerras assim cristãs como turquescas, ou seja, em crueldades, ou seja, na liberdade das seguridades"¹⁵.

Segundo Cabral de Mello, esta seria a primeira indicação da consciência de uma "guerra brasílica", que se definia como a percepção de uma arte ou estilo militar peculiar do Brasil e mais bem adaptado às condições ecológicas e sociais¹⁶. De fato, na Europa do século XVII a guerra fazia-se com grandes movimentos de tropas, meditados e disciplinados, batalhas campais, exércitos mercenários e muitas regras. A arte da guerra era, então, essencialmente a arte de fazer sítios, ou de rompê-los. Mas nem sempre fora assim. Segundo Geoffrey Parker, a "pequena guerra" (*der kleine Kriege*) ou a "guerrilha" havia sido uma etapa importante na condução da guerra na Europa do século XVI. Ao lado dos confrontos espetaculares e das grandes batalhas, toda a história militar européia está cheia de pequenas guerras que causaram grandes estragos ao inimigo. Não obstante, este tipo de guerra desapareceria com a demolição da rede de fortalezas que o sustentava, no final do século XVI e início do XVII¹⁷. Apesar de Portugal não estar atualizado às novidades da arte da guerra européia — muito em razão de ter sido poupado, pelo menos até a Guerra de Restauração (1640-68) com a Espanha, de conflitos em escala no continente —, vários dos comandantes e oficiais, bem como soldados das tropas regulares que combateram nesta "Guerra do Brasil", eram gente mobilizada dos campos da Europa, onde haviam lutado em condições totalmente diferentes. D. Luís de Rojas y Borja, veterano das guerras de Flandres, quando veio ao Brasil, teria exclamado, indignado com o tipo de luta que se travava na terra, que "não era macaco para andar pelo mato"¹⁸. Deste modo, podemos compreender a novidade que significavam as "companhias de emboscada" criadas por Matias de Albuquerque. Em

(14) Cabral de Mello, op. cit., pp. 233-234.

(15) Campos Moreno, Diogo do. *Jornada do Maranhão por ordem de Sua Majestade feita no ano de 1614*. Rio de Janeiro: Alhambra, 1984, p. 38; carta de La Ravardière a Jerônimo de Albuquerque, 21/11/1614, p. 56.

(16) Cabral de Mello, op. cit., p. 230.

(17) Parker, Geoffrey. *La révolution militaire, la guerre et l'essor de l'Occident, 1500-1800*. Paris: Gallimard, 1993, p. 65.

(18) Cabral de Mello, op. cit., p. 236.

relação à subversão total da arte da guerra praticada pela gente de Jerônimo de Albuquerque, tratava-se então de um *aggiornamento*, adequando as técnicas militares locais a uma equação entre o uso das linhas regulares e as linhas auxiliares, isto é, as ordenanças, reforçadas, por sua vez, pelo elemento indígena.

Este processo peculiar fazia-se no quadro mais amplo das transformações da arte da guerra na Europa. Com efeito, no bojo da formação dos Estados nacionais, enormes mudanças tecnológicas, organizacionais e estratégicas no campo militar acabaram produzindo uma verdadeira *revolução*, capaz de explicar, em parte, a primazia da civilização ocidental e a constituição dos impérios coloniais. Os traços mais importantes dessa revolução foram: a utilização crescente das armas de fogo, as transformações subseqüentes no sistema de defesa, com as fortalezas de traço italiano (com bastiões) substituindo a rede secular de fortificações medievais, o declínio da cavalaria em favor da infantaria, o aumento expressivo do contingente dos exércitos e sua profissionalização¹⁹.

No mundo colonial, onde grande parte dessas novidades não se fazia sentir de imediato, a superioridade obtida pelas forças européias fora garantida pela capacidade de assimilação e de acomodação de técnicas e estratégias nativas, adaptadas aos contextos ecológicos e sociais mais diversos. Thornton notou que, de fato, a inabilidade dos europeus em reproduzir na África o tipo de conquista em larga escala, tal como sucedido na América central, os teria convencido a levar a sério as armas, as técnicas e a organização locais: "Como resultado deste reconhecimento, uma nova arte da guerra se desenvolveu combinando armas e estratégias européias e africanas"²⁰. Neste sentido, a "guerra brasileira" era o resultado não só da acomodação da arte militar européia às condições ecológicas do Nordeste, como também da assimilação de técnicas locais de guerra. Mais ainda, na forma mista que assumira a guerra volante no Brasil, nas palavras de Cabral de Mello, o uso das guerrilhas não se originava "em considerações de ordem tecnicamente militar", uma vez que estaria associado

*nestes inícios de guerra [1630-36] ao fato de que a guerrilha oferecia a única maneira de utilização militar da camada mais ínfima e economicamente marginalizada da população local, mestiços e ociosos, malfeitores, foragidos da justiça d'el-rei, inábeis para a disciplina das guarnições como antes já se tinham revelado refratários à rotina dos engenhos*²¹.

Mas, como foi dito, à utilização destas camadas marginais, de criminosos freqüentemente aliciados por bandos e editais que lhes ofereciam o perdão em troca do alistamento, somava-se o uso do indígena. Como se percebe, fazia-se mister o comando da guerra estar nas mãos de indivíduos conhecedores das "manhas e engenhos" da terra. Resumindo a questão, o

(19) Sobre a "revolução militar", o livro fundamental é o de Geoffrey Parker (op. cit.). A edição original, em inglês, é de 1988, mas a edição francesa, além de estar mais atualizada, responde às objeções dos críticos, particularmente as de Jeremy Black (*A military revolution? Military change and European society, 1550-1800*, Atlantic Highlands: Humanities Press International, 1991). Recentemente, os textos mais importantes para o debate foram reunidos e publicados por Clifford J. Rogers (*The military revolution debate. Headings on the military transformation of early modern Europe*. Boulder: Westview Press, 1995), entre os quais o pioneiro artigo de Michael Roberts ("The military revolution, 1560-1660"), aparecido em 1957. Para as guerras e as técnicas militares no ultramar e no mundo colonial, ver ainda: Cipolla, Carlo M. *Guns and sail in the early phase of European expansion, 1400-1700*. Londres: William Collins & Co., 1965.

(20) Thornton, John K. "The art of war in Angola 1575-1680". *Comparative Studies in Society and History*, 3(12), 1988.

(21) Cabral de Mello, op. cit., pp. 217-248.

padre Antônio Vieira dizia que, para a guerra no Brasil, bastava um sargento-mor, "e esse dos da terra e não de Elvas ou de Flandres". Mais ainda, o Brasil, que tinha "tantas léguas de costa e de ilhas e de rios abertos", não haveria de se defender, "nem pode, com fortalezas nem com exércitos, senão com assaltos, com canoas e principalmente com índios e muitos índios; e esta guerra só a sabem fazer os moradores que conquistaram isto, e não os que vêm de Portugal"²².

A longa guerra de restauração de Pernambuco (1645-54) teve seu sucesso garantido, entre outras coisas, exatamente pela utilização desta forma adaptada de fazer a guerra no contexto colonial. Como mostrou Cabral de Mello, existia uma homogeneidade brasileira da experiência militar dos chefes da restauração. De fato, ambos os lados, holandeses e luso-brasileiros, utilizaram-se de linhas auxiliares transformadas: grupos de combate aclimatados aos matos e compostos, em sua grande maioria, por indígenas ou sertanejos e matutos. Segundo o historiador, após a expulsão dos holandeses, em 1654, a guerra volante conheceu um rápido processo de "arcaização". Em outras palavras, a "guerra brasílica" decaía para uma arte militar adequada apenas às "áreas arcaicas, afastadas da marinha e das praças-fortes, técnicas quase que só para sertanistas de São Paulo e bugres e negros aquilombados dos sertões do Nordeste". No início do século XVIII, uma especialização de funções se imporia: para as guerras dos sertões, contra os bárbaros levantados ou os negros aquilombados, a "guerra do mato"; para fazer face aos estrangeiros na marinha, as "regras militares científicas"²³.

(22) Carta de Antônio Vieira ao rei D. João IV, 04/04/1654. *Cartas* (seleção de Novais Teixeira). Rio de Janeiro, 1949, p. 166.

(23) Cabral de Mello, op. cit., pp. 242 e 245-247.

Guerra dos Bárbaros e as jornadas do sertão

Na segunda metade do século XVII, a expansão da economia e, portanto, da fronteira criou novas zonas de contato e fricção com as populações autóctones, nem sempre integradas ou subjugadas pela força militar ou pela iniciativa dos missionários. No caso das capitânicas do Norte, onde se estabelecera de maneira definitiva um sistema econômico e social baseado na produção de açúcar, o processo de expansão da economia colonial implicava duas formas distintas de apropriação do território e de organização social: de um lado, a zona produtora da mercadoria de exportação, o açúcar, e do sistema produtivo coadjuvante (alimentos, pecuária, tabaco etc.), e de outro a zona da pecuária. Para esta última, em razão de sua situação geográfica, convergiam as tensões e conflitos resultantes da expansão territorial da Colônia. Tensões essas agravadas com o desenrolar dos acontecimentos das guerras holandesas, que envolveram na dinâmica conflituosa do mundo colonial vários povos autóctones de maneira irreversível.

Entre os anos de 1651 e 1704, o sertão norte da América portuguesa o atual Nordeste interior do Brasil, que compreende a grande extensão

de terras semi-áridas do leste do Maranhão até o norte da Bahia (ou seja, o vale do São Francisco) — foi palco de uma série de conflitos entre os povos indígenas que ali habitavam e os recém-chegados colonos luso-brasileiros. Este episódio, um dos mais violentos de nossa história, foi conhecido na época como *Guerra dos Bárbaros*, porque por "bárbaros" se tomavam os indígenas que estariam "invadindo" as fronteiras do império português e cristão. Esta guerra foi também uma das mais longas, concorrendo com as guerras dos Palmares, ocorridas na mesma época. De maneira diferente, no entanto, não se tratava aqui de defender uma opção de resistência à escravidão e uma comunidade de escapados, mas de preservar a sobrevivência de culturas seculares, ou mesmo milenares, no território que se via invadido. A Guerra dos Bárbaros mais se aproximou de uma série heterogênea de conflitos entre índios e luso-brasileiros do que de um movimento unificado de resistência. Resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, com o avanço da fronteira da pecuária e a necessidade de conquistar e "limpar" as terras para a criação do gado, esta série de conflitos envolveu vários grupos e sociedades indígenas contra moradores, soldados, missionários e agentes da coroa portuguesa. Podemos dividi-la, *grosso modo*, entre os acontecimentos no Recôncavo Baiano (1651-79) e as guerras do Açu (1687-1704), na ribeira do rio deste nome no sertão do Rio Grande do Norte e Ceará. Várias "nações" indígenas estiveram envolvidas, sendo as mais importantes aquelas das etnias cariri e tarairiú. Estes últimos, comandados pelo seu "rei" Canindé, antigos aliados dos holandeses e destros no manejo das armas de fogo e nas técnicas da guerra colonial, quase expulsaram os colonos da capitania do Rio Grande, não fosse a intervenção violenta dos mercenários paulistas²⁴.

Inicialmente, as soluções propostas e encetadas pelos governadores passavam pela utilização das tropas regulares estacionadas nas fortalezas, ou ainda pela mobilização das milícias das ordenanças em esquadras volantes. Estas improvisações, que levavam em conta a experiência dos cabos e soldados na guerra "ao modo" do Brasil, sempre pareceram o meio de reprimir os levantes dos índios bárbaros. Não obstante, tal situação evoluiu para a consolidação de um novo tipo de força militar nativa: as expedições organizadas expressamente para um evento no sertão. As "jornadas do sertão", também chamadas de "entradas" ou "bandeiras", eram na verdade empresas patrocinadas pela autoridade competente, fosse o governador ou o capitão-mor, que provia com um título de caráter exclusivamente honorífico um capitão ou um cabo de uma esquadra e lhe passava um regimento definindo sua tarefa e, sobretudo, sua jurisdição especial. No caso das entradas destinadas à punição de grupos indígenas ou à captura de escravos, este título, na verdade, significava a garantia da legalidade da expedição, nos termos da lei de 24 de fevereiro de 1587²⁵.

A remuneração dos serviços prestados poderia vir *a posteriori*, com mercês e favores da Monarquia ou mesmo com a garantia do butim

(24) Ver; Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros. Povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: tese de doutoramento, Departamento de História da FFLCH-USP, 1998.

(25) "Lei sobre os índios que não podem ser cativos e os que podem ser, 24/02/1597". In: Thomas, op. cit., apêndice N, pp. 222-224.

obtido, em escravos ou em mantimentos. Geralmente, o governador, ao prover um capitão para uma jornada ao sertão, poderia fornecer armamentos e matalotagem suficientes para abastecer a expedição. O pagamento dos soldos não era de praxe. Com o desenrolar da Guerra dos Bárbaros, desde os episódios no Recôncavo Baiano, algumas exceções foram praticadas pelos governadores gerais, mas sua validação no âmbito da administração metropolitana sempre resultava em confusões administrativas. Em 1671, o visconde de Barbacena concordou em pagar soldos aos oficiais e soldados da tropa de Estevão Ribeiro Baião Parente²⁶. Frei Manuel da Ressurreição, que ocupava interinamente o posto de governador geral, ofereceu a Domingos Jorge Velho a patente de governador de um regimento a ser criado com a reunião de sua gente, com proeminências de mestre-de-campo, além de uma de sargento-mor, quatro de capitães e duas de ajudantes, todas em branco para que ele as preenchesse. E todas essas patentes valendo soldos, à diferença daquelas atribuídas para fazer guerra aos negros dos Palmares²⁷. Matias da Cunha, por sua vez, ofereceu a Matias Cardoso nomeá-lo governador de um regimento com as mesmas "proeminências de mestre-de-campo, e como tal vencer o soldo desde o dia em que partiu"²⁸. O que se oferecia eram postos de oficiais das tropas regulares, isto é, da infantaria, cujo provimento, segundo o "regimento das fronteiras" de 1645, só podia ser concedido se comprovado o serviço como soldado por seis anos, no caso do mestre-de-campo, e quatro anos, no caso de sargento e alferes²⁹. No entanto, o pagamento desse soldo não foi reconhecido imediatamente pela Coroa e causou postergações embaraçosas.

O interesse e a premência de utilizar estas tropas especializadas no tipo de esforço militar exigido esbarravam nas dificuldades originadas do processo em curso de formalização da atividade militar. Como vimos, somente com a Restauração é que Portugal constituiria um exército permanente em termos modernos. De fato, o chamado "regimento das fronteiras", de 25 de agosto de 1645, que criou o posto de vedor geral do exército, objetivava estabelecer as bases da regulamentação das tropas portuguesas deslocadas para as guerras com a Espanha. Ao vedor cabia, como diz o próprio nome, "ver" as tropas de infantaria e montadas e faz-lhes auditoria, assim como justificar e acompanhar os gastos e o pagamento dos soldos³⁰. Esse regimento, apesar de circunscrito ao episódio da Guerra de Restauração, tinha sua validade expandida, como era normal, para todos os contextos posteriores no Império português, servindo de regulamento para várias questões relativas aos postos de infantaria situados no Brasil. A hierarquia das tropas regulares, normalmente, previa que o encarregado geral de uma jurisdição fosse também o governador das armas. Segundo o gênero da companhia, e estamos falando apenas das ocupadas dos eventos terrestres, variavam as denominações. Na infantaria, havia o mestre-de-campo, o alferes, o sargento (oficiais), os cabos e soldados (praças). Na cavalaria, o general de cavalaria, o tenente general de cavalaria, o capitão de cavalos (oficiais) e os soldados (praças). Além

(26) "Condições pelas quais os paulistas vão conquistar os bárbaros", em: Serra, João Lopes. "Vida o panegirico funebre al senhor Affonso Furtado Castro do Rio Mendonça, Bahia, 1676", publicado em Schwartz, op. cit., pp. 47-48.

(27) Carta, 14/10/1688, DH 10, 313-315.

(28) Carta, 09/12/1688, DH 11, 147-149.

(29) Ver caps. 14 a 16 do "Regimento das fronteiras de 1645". In: Mendonça, op. cit., vol. 2, pp. 631-656!

(30) Ibidem.

disso, havia a artilharia, onde existiam o capitão de clavinhas e os clavineiros (os alferes eram proibidos), e as outras companhias específicas. No Brasil, estacionadas no território havia notadamente tropas de infantaria. Os postos de oficiais, cuja renda dos provimentos (os soldos) era de grande interesse para os seus proprietários, podiam representar, em parte, apenas uma tença honorária. Donde o regimento, neste particular, preocupar os proprietários dos postos, uma vez que o vedor geral e seus auditores estavam interessados principalmente em deslindar fraudes e suspender os rendimentos dos ausentes e desocupados.

As ordenanças foram reestruturadas com o regimento de 25 de setembro de 1654, passado ao então governador geral, conde de Atouguia. Procurava-se, por meio de um controle mais estrito, garantir a disponibilidade das tropas, sempre bem armadas e treinadas. O regimento determinava que cada soldado das ordenanças deveria possuir uma arma, arcabuz ou espingarda, um arrátel de pólvora, 24 balas e o morrão necessário. Quem não tivesse este equipamento deveria pagar multa de cinco tostões e, em caso de reincidência, 6\$000 réis. As companhias eram divididas em "companhias de cavalo" e "companhias de pé", dependendo da forma como o soldado se apresentasse. No interior dos domínios senhoriais, cada engenho deveria ter seus "oficiais de engenho", que tinham a obrigação de "passar mostra" (verificar a presença) nos dias santos ou domingos (para não atrapalhar os trabalhos), e a falta nisso implicava multa de 1\$000 réis para os pobres e 4\$000 réis para os ricos; no caso dos soldados das companhias de cavalo, a multa era ainda maior: 20\$000 réis. Além disso, em cada freguesia o capitão era o responsável para que fossem mantidas as roças plantadas em conformidade com as necessidades de sustento das tropas. Ao sargento-mor cabia "passar mostra" em todas as companhias de ordenanças da capitania³¹.

Neste contexto, podemos imaginar que as tentativas de frei Manuel da Ressurreição e de Matias da Cunha esbulhavam a regulamentação tão preciosa dos reformadores portugueses. Daí a resistência que encontraram na Metrópole. Na verdade, tal como em Portugal, buscava-se um enquadramento da informalidade das linhas auxiliares (ordenanças) em regras mais estritas de um exército regular, apto ao escopo centralista do governo geral da Bahia. Em outras palavras, adequar uma realidade preexistente à normalização militar imaginada pela administração colonial. No caso das tropas paulistas, a novidade era ainda maior, uma vez que essas "linhas auxiliares" vinham de um contexto em que as ordenanças tinham evoluído de maneira totalmente peculiar, especializadas que eram na "guerra brasílica". A força especificamente paulista de organização destas expedições sertanejas sobrepor-se-ia no Nordeste aos arranjos militares tradicionais, implicando um desdobramento, ou evolução, de suas disposições originais em face das novas funções em jogo. O recurso aos paulistas significaria a adoção decisiva da arte da guerra colonial, apta a enfrentar o modo de guerra dos bárbaros. A sua institucionalização na ordem militar do Império seria, pouco a pouco, condição para o recrutamento.

(31) Regimento de 25/09/1654, Conde de Atouguia, DH 4, 174-177. A partir de 1704, os postos das ordenanças passaram a ser providos pelo governador geral e não mais pelos capitães-mores. Cf. Garcia, Rodolfo. *História política e administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 112.

Paulistas e os "ares do sertão"

Os sertanistas da vila de São Paulo de Piratininga particularizavam-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão. Essas "bandeiras" paulistas tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca do provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena. Eles sabiam manejar a situação de carência alimentar e eram destros para a navegação nos matos fechados, cerrados ou caatingas. Como mostrou Sérgio Buarque de Holanda, "a arte de guerrear torna-se, em suas mãos, um prolongamento, quase um derivativo, da atividade venatória, e é praticada, muitas vezes, com os mesmos meios"³². A mobilidade característica dos paulistas estava condicionada à insuficiência do meio: "distanciados dos centros de consumo, incapacitados, por isso, de importar em apreciável escala os negros africanos, eles deverão contentar-se com o braço indígena — os 'negros' da terra; para obtê-lo é que são forçados a correr sertões inóspitos e ignorados". Como mostrou o historiador, com mais "liberdade e abandono do que em outras capitânicas", a colonização em São Paulo realizou-se "por um processo de contínua adaptação a condições físicas do ambiente americano". Neste processo, o indígena, seus costumes e técnicas tornaram-se seus aliados preciosos³³.

A historiografia, de maneira geral, apontou a bandeira como uma forma característica da organização militar que estruturou a sociedade paulista. Designando como coisas distintas as entradas e as bandeiras, pretendia-se robustecer a idéia de uma especificidade regional. As primeiras seriam aquelas expedições organizadas pelos colonos, por conta própria, objetivando a caça do gentio. Já as bandeiras seriam expedições de caráter misto, meio civil, meio militar, que, além do cativo dos índios, se interessavam nas descobertas de metais preciosos³⁴. Em São Paulo, as bandeiras teriam moldado um modo de vida: o "bandeirismo" ou o "bandeirantismo". Alfredo Ellis Júnior foi, sem dúvida, o paladino desta interpretação que alimentou numerosos outros estudos e polêmicas intermináveis³⁵. Outra vertente, derivada de Capistrano, interpretava a bandeira como qualquer expedição destinada ao sertão. Segundo seu "esquema", existiam bandeiras paulistas, pernambucanas, baianas, maranhenses e amazônicas³⁶. Hélio Vianna, seguindo essa orientação, organizou uma tipologia do "bandeirantismo" na qual diferenciava "ciclos": o de apresamento de indígenas, o de ouro de lavagem, o de sertanismo de contrato, o do ouro e o de povoamento³⁷. Tais soluções ecoam, ainda hoje, nos manuais escolares, mas servem mais à simplificação do que à compreensão da história. Nada disso deve nos interessar aqui.

Quanto à distinção entre bandeiras e entradas, Jaime Cortesão já nos mostrou que os documentos não estão de acordo. De fato, bandeiras, entradas, jornadas, expedições e conquistas tinham significados intercambi-

(32) Buarque de Holanda, Sérgio. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 146.

(33) Buarque de Holanda, Sérgio. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 16.

(34) Loreto, Aliatar. *Capítulos de história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1946, pp. 131-140.

(35) Ellis Júnior, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936; capítulo 4 de *Resumo da história de São Paulo* (São Paulo: Tipografia Brasil, 1942, pp. 153-222); capítulo "Bandeiras e entradas" de *O ouro e a Paulistânia* (São Paulo: Boletim da FFCL, 1948, pp. 28-34). Em arroubos patrioteiros, Ricardo Román Blanco tinha as bandeiras na conta da "mas genial y extraordinaria organización bélico-militar que la Historia de la Humanidad conoce". Sua redundante tese de doutorado (*Las bandeiras, instituciones bélicas americanas*. Brasília: Edunb, 1966), entre outras coisas, procura mostrar as relações entre as expedições dos sertanistas paulistas e a legião romana ou as falanges macedônicas (sic).

(36) Capistrano de Abreu. J. "Esquema das bandeiras". In: *Capítulos de história colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Edunb, 1963, p. 338.

(37) Vianna, Hélio. *História do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1965, vol. 1, pp. 192-202. Para um balanço crítico da historiografia paulista, ver o excelente capítulo primeiro de Blaj, Ilana. *A trama das tensões: O processo de mercantilização de São Paulo colonial, 1681-1721*. São Paulo: tese de doutoramento, Departamento de História da FFLCH-USP, 1995, pp. 25-68.

áveis e variavam conforme o contexto. De maneira geral, estes são termos igualmente comuns em todas as capitanias e regiões do Brasil. "Bandeira", especificamente, era a forma como se designavam também as companhias das ordenanças, isto por um motivo bem simples: segundo o capítulo 17 do regimento de 1570, "cada um dos capitães das companhias" deveria ter a sua bandeira de ordenança, que era carregada pelo tambor ou pelo alferes³⁸. Donde toda a documentação, tal como demonstrou Cortesão, falar indiferentemente de bandeiras e companhias. "Entrada" e "jornada", como parece evidente, são denominações de expedições ao interior do país, que podiam ser levadas a termo por um terço completo, por algumas companhias ou bandeiras, destacadas para tal. Daí as denominações serem feitas por analogia. Não obstante, seria errado não perceber que a bandeira sertanista, na sua feição paulista, resultou de uma evolução específica da instituição miliciania portuguesa, que, generalizada na sociedade do Planalto, conformou "um gênero de vida típico, próprio, específico da gente de São Paulo"³⁹.

Segundo um papel anônimo de 1690, a experiência havia demonstrado, até então, que nem a infantaria "nem ainda as ordenanças" haviam sido "capazes para debelar estes inimigos nas incultas brenhas e inacessíveis rochedos e montes do sertão"; "só a gente de São Paulo é capaz de debelar este gentio, por ser o comum exercício penetrarem os sertões"⁴⁰. A razão disto era a forma como os tapuias faziam guerra nos matos, o que exigia uma tática e uma tecnologia especiais. Gregório Varela de Berredo Pereira, autor de um "breve compêndio" sobre o governo pernambucano de Câmara Coutinho (1689-90), tinha para si "que se este inimigo [os bárbaros] fizera forma de batalha, depressa [seria] desbaratado". Mas, como explicava, tal não era o caso, porque se tratava de nações "fora de todo o uso militar", isto é, da forma européia moderna de guerra,

porque as suas avançadas são de súbito, dando urros que fazem tremor a terra para meterem terror e espanto e logo se espalham e [se] metem detrás das árvores, fazendo momos como bugios, que sucede às vezes meterem-lhes duas e três armas e rara vez se acerta o tiro pelo jeito que fazem com o corpo⁴¹.

Outro papel anônimo, de 1691, também argüia que as "grandes expedições de infantaria paga, e da ordenança, com grandes despesas da Fazenda real e contribuições dos moradores", vinham resultando sem efeito "não por falta de disposição dos cabos, nem de valor nos soldados, mas porque, repare-se nesta circunstância, *pela eleição do meio só*". Isto porque, segundo o autor deste papel, seria "necessário para a conquista destes gentios" adaptar-se ao seu "modo de peleja", que era "fora do da arte militar", pois

(38) "Regimento das ordenanças de 1570". In: Mendonça, op. cit., vol. 1, p. 162.

(39) Cortesão, Jaime. *Introdução à história das bandeiras*. Lisboa: Livros Horizonte, 1975, pp. 50-69; *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, s/d, pp. 51-81.

(40) Sobre o gentio que se rebelou nas capitanias do Ceará, Rio Grande e Paraíba, c. 1690, Biblioteca da Ajuda (Lisboa), manuscrito, 54 XII 4 52.

(41) "Breve compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Sr. governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho etc.". *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 51; 267, 1979.

eles [vão] nus, e descalços, ligeiros como o vento, só com arco e flechas, entre matos, e arvoredos fechados, os nossos soldados embarçados com espadas, carregados com mosquetes, espingardas e mochilas com seu sustento, ainda que assistem ao inimigo não o podem seguir, nem prosseguir a guerra: eles a cometem de noite por assaltos nossas povoações, casas, igrejas, lançando fogo aos ingovernos, matando gente e roubando os bens móveis que podem carregar, e conduzindo os gados e criações e quando acudimos o dano esta feito. E eles [andam] escondidos entre os matos onde os nossos soldados não podem seguir com a mesma segurança, instância e diuturnidade por [estarem] carregados de ferro e mochilas, em que carregam o seu sustento que não pode ser mais que para quatro ou seis dias [enquanto] os bárbaros [têm seu sustento] nas mesmas frutas agrestes das árvores, como pássaros, nas raízes que conhecem e nas mesmas imundices de cactos, cobras e caças de quaisquer animais e aves⁴².

Ora, segundo ainda este autor, teria sido exatamente por isso que a "Divina Providência" criara na província de São Paulo "os homens com um ânimo intrépido, que se inclinou a dominar este miserável gentio". Semelhantes aos inimigos silvícolas, pois viviam "sempre em seu seguimento", acabaram por "ter por regalo a comida de caças, mel silvestre, frutas, raízes de ervas e de algumas árvores salutíferas e gostosas de que toda a América abunda". É nos "ares do sertão" que suas vidas se fazem "gostosas", sendo que "muitos deles nascem e envelhecem" nos matos: "Estes são os que pois servem para a conquista e castigo destes bárbaros, com quem se sustentam, e vivem quase das mesmas coisas, e a quem o gentio só teme e respeita"⁴³. Era exatamente o que explicava, dez anos antes, o autor de um outro papel que sugeria o uso dos paulistas para a defesa da colônia do Sacramento:

Porque são homens capazes para penetrar todos os sertões por onde andam continuamente, sem mais sustento que coisas do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas e raízes de vários paus, e não lhes é molesto andarem pelos sertões anos [a fio] pelo hábito que têm feito àquela vida⁴⁴.

Ao modo de guerra dos tapuias — "de ciladas e assaltos [...] como um raio que passa", na expressão de Pedro Carrilho de Andrade⁴⁵ — deveria corresponder uma tática peculiar. A forma específica das "regras paulistas" para o ataque aos índios, chamada de "albarrada", era assim estabelecida em um regimento de 1727: a aproximação se fazia com cautelas indígenas, seguindo os rastros, "sem tosse nem espirros", até chegar bem próximo do inimigo e então, com um grito medonho para apavorá-los, fazer o assalto⁴⁶.

(42) "Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691)". Biblioteca da Ajuda (Lisboa), manuscritos, 54 XIII 16, 0. 162.

(43) Ibidem.

(44) Informação anônima do Brasil, década de 1680, Biblioteca Nacional de Paris, manuscritos portugueses, códice 30, fl. 209. Para um retrato desses "bandeirantes" em ação, ver também Hemming, John. *Red gold. The conquest of the Brazilian Indians*. Cambridge: Harvard University Press, 1978, pp. 238-253.

(45) "Memorial de Pedro Carrilho de Andrade, 1703", Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Documentos Avulsos, Pernambuco, caixa 16.

(46) "Regimento que se deu a Pedro Leolino Mariz, 1727", apud Calmon, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, 1959, vol. III, pp. 721-722.

Os paulistas imitavam, assim, o modo de guerrear dos índios. Frei Vicente do Salvador explicava que os índios costumavam se aproximar sorrateiramente da aldeia de seus contrários, "de maneira que possam entrar de madrugada e tomá-los descuidados e despercebidos, e depois entram com grande urro de vozes e estrondo de buzinas e tambores que é espanto"⁴⁷. Mas a tática dos paulistas previa também algumas negaças. Em 1676, o capitão Manuel de Lemos quis enganar os topins que estavam levantados na região do Recôncavo Baiano, falando-lhes que os paulistas "não eram brasileiros, mas um povo diferente, seus parentes e que [feitas as pazes] poderiam comer juntos, casar seus filhos com filhas deles e as filhas deles com seus filhos"⁴⁸. Outro costume era o de amedrontar com fortes ameaças os inimigos, como o fez Domingos Jorge Velho com os cracuí rebeldes do rio São Francisco⁴⁹. Segundo João Lopes Serra, que descrevia o modo genérico das táticas paulistas,

*tão logo as bandeiras encontram os bárbaros, eles [os paulistas] fingem que o capitão-mor está próximo com mais tropas e que sua rendição é necessária, caso contrário seriam todos mortos pelas armas de fogo — e o fazem entender o que isso significa atirando em alguns animais, que eles matam, coisa que assusta grandemente os bárbaros. Se eles se rebelarem, os paulistas fazem-nos entender que os perseguirão mesmo que se espalhem pelo sertão*⁵⁰.

Com a intensificação dos "ataques" dos bárbaros às fazendas e vilas no Nordeste e o fracasso completo das investidas das tropas regulares ou das jornadas organizadas com as ordenanças locais, a utilização dos sertanejos paulistas parecia solução necessária. Avaliando o mau desempenho das jornadas dos capitães Diogo de Oliveira Serpa (1651), Gaspar Rodrigues Adorno (1651-54), Tome Dias Lasso (1656) e Bartolomeu Dias Aires (1657), o novo governador geral do Brasil, Francisco Barreto, resolveu pela "contratação" de uma companhia de paulistas experientes. Barreto conhecia de perto as vantagens do uso da arte da guerra brasileira; mestre-de-campo general nomeado para a guerra contra os holandeses, havia tido papel decisivo no comando das forças dos restauradores. Feito governador de Pernambuco logo após a expulsão dos holandeses, havia mandado castigar os tapuias do Rio Grande e "tirar a ocasião dos [destruir os] mocambos" dos negros dos Palmares⁵¹. Julgando do "pouco uso que a infantaria aqui tem de pelejar e dos bárbaros", sua incapacidade para evitar as hostilidades dos bárbaros e conservar as aldeias amigas, Barreto entendia que

só a experiência dos sertanistas desta capitania [os paulistas] poderá vencer as dificuldades que os desta acham a se destruírem totalmente

(47) Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil, 1500-1627*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1982, p. 85.

(48) Serra, op. cit., pp. 69-71.

(49) F. Bernard de Nantes. *Relation de la mission des indiens kariris du Brésil situés sur le grand fleuve de S. François du costé du Sud a 7 degrés de la ligne equinoxiale*, 12/09/1702, manuscrito de coleção particular, fl. 22 e ss.

(50) Serra, op. cit., pp. 71-72.

(51) Carta do conde de Atouguia para o mestre-de-campo general Francisco Barreto, 20/03/1655, DH 3, 265.

*aqueelas aldeias, que é o em que ultimamente consiste a confirmação das pacíficas e o sossego do Recôncavo*⁵².

(52) Carta ao rei, 24/01/1656, DH 4, 277-279.

Em setembro de 1657, escreveu ao capitão-mor de São Vicente para acertar um contrato com os paulistas. Para tanto, pedia que a câmara de São Paulo nomeasse um cabo, dois capitães e até vinte pessoas "das que no sertão tenham provado mais avantajadamente, e haja melhor opinião da sua experiência e valor, com até duzentos índios bons soldados naquele gênero de guerra". Com a promessa de garantir a legalidade do cativo de todos os índios que fossem capturados na guerra, o governador geral esperava atrair os paulistas, que se viam em dificuldades depois das derrotas sofridas no Sul⁵³. Desta maneira, uma expedição capitaneada por Domingos Barbosa Calheiros contra os topins no Recôncavo Baiano (1658) inauguraria a presença dos paulistas nas guerras do sertão nordestino.

(53) Carta do governador geral para Manuel de Souza da Silva, 21/09/1657, DH 3, 393-398. Passou-se alvará para dar cumprimento em 13/10/1657, DH 4, 54-55.

Inicialmente "contratados" sob promessas de cativos, terras e, de maneira incerta, soldos, a participação destas tropas treinadas para o combate nos matos evoluía para uma maior formalização nos quadros da estrutura militar do Estado do Brasil. E de modo particular no governo de João de Lencastro (1694-1702), quando as estratégias para o enfrentamento dos tapuias rebeldes na Guerra do Açú se esgotavam e a própria presença do Império na região estava em perigo, mais pela longa duração da guerra, que degenerara o povoamento do sertão pernambucano, do que pela ferocidade dos combates. Para Lencastro, "só esses homens" eram "capazes de fazer guerra ao gentio", como já o haviam demonstrado na Bahia, "deixando em poucos anos essa capitania livre de quantas nações bárbaras a oprimiam, extinguindo-as de maneira que de então até hoje se não sabe haja nos sertões que conquistaram gentio algum que os habite"⁵⁴. Neste sentido, seguindo os conselhos do secretário do Estado do Brasil, Bernardo Viera Ravasco, o rei ordenou em uma carta de 10 de março de 1695 que o governador geral levantasse um terço de paulistas para a guerra aos bárbaros do Rio Grande, na vila de São Paulo e nas mais circunvizinhas⁵⁵. Domingos Jorge Velho, em 1694, havia opinado sobre o caráter um pouco lasso das tropas de São Paulo até então. Segundo seu parecer, as tropas com que iam "à conquista do gentio bravo desse vastíssimo sertão não [eram] de gente matriculada nos livros de Vossa Majestade, nem obrigada por soldo, nem por pão de munição"; antes, eram "umas *agregações* que fazemos alguns de nós, entrando cada um com os servos de armas que tem e juntos íamos"⁵⁶. Diferentemente do que se praticara, a novidade era que se tratava agora de erigir um terço de infantaria, isto é, de tropas regulares, cujos postos deveriam ser devidamente assentados e pagos. Na capitania de Pernambuco, existiam então apenas os terços da guarnição da vila do Recife, da guarnição da cidade de Olinda, de Itamaracá e o terço dos Palmares, recém-criado⁵⁷. Para comandar o "novo terço" do Açú foi escolhido o sargento-mor do terço de Matias Cardoso, Manuel Álvares de Moraes Navarro⁵⁸.

(54) Carta de João de Lencastro ao governador de Pernambuco, Fernando Martins Mascarenhas, 11/11/1699, DH 39, 86-92.

(55) Carta regia ao governador geral, 10/03/1695, DH 11, 252-254.

(56) Carta de Domingos Jorge Velho ao rei, 15/07/1694, apud Ennes, Ernesto. *As guerras dos Palmares (subsídios para a sua história)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938, p. 205, grito meu.

(57) Relação dos oficiais de milícia pagos que servem na capitania de Pernambuco, por Sebastião de Castro e Caldas, 20/06/1710, Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Documentos Avulsos, Pernambuco, caixa 17.

(58) Carta patente, 25/05/1696, Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), Documentos Avulsos, Rio Grande, caixa 1, 60.

O terço dos Palmares e o da Guerra dos Bárbaros eram representativos do processo de formalização da "guerra brasílica", que se enquadrava em sua especificidade no sistema militar do Império português e ganhava uma identidade particular, com legislação própria. Essas guerras previam contratos para a remuneração dos serviços que ultrapassassem o simples pagamento dos soldos, com promessas de cativos e terras, e uma legislação especial que garantia a utilização de crueldade máxima para com os inimigos. Isto porque, para além da natureza das técnicas militares em uso nos matos e sertões, típicas do modo "brasílico" da arte da guerra, estas tropas tinham autorização expressa de assim tratar os inimigos contra os quais elas haviam sido mobilizadas, fossem eles bárbaros ou quilombolas, ambos tidos por infiéis e inimigos do Império português e, portanto, do orbe cristão.

Recebido para publicação em
15 de outubro de 1998.

Pedro Puntoni é historiador e pesquisador do Cebrap. Publicou nesta revista "A 'Confederação dos Tamoyos' de Gonçalves de Magalhães" (n.º 45).

Novos Estudos
CEBRAP

N.º 53, março 1999
pp. 189-204
